

---

## LIVROS

### O HOLOCAUSTO E O MITO DO HOLOCAUSTO

A indústria do Holocausto, *de Norman Finkelstein*.  
Rio de Janeiro: Record, 2001, 156 pp.

**Gabriel Bolaffi**

Ninguém em sã razão ignora que uma parte amplamente considerável do povo judeu, pouco antes, durante e depois da II Guerra, tenha sofrido horrores indescritíveis e até inimagináveis. As evidências cabais, subjetivas e objetivas, os testemunhos, fotos, filmes e a própria existência de campos de concentração, câmaras de gás e fornos crematórios, preservados como prova inequívoca das barbaridades cometidas, repelem qualquer especulação "negacionista". Mas também é fato indiscutível que nas últimas três décadas, paralelamente à memória, ao horror e à tristeza do episódio histórico terrível

que passou a ser conhecido como "Holocausto", construiu-se um mito nele inspirado, usado para interesses políticos do presente. E no mito basearam-se a sua mercantilização e utilização ideológica para objetivos completamente alheios à sua natureza. Essa manipulação do mito consiste tanto em pessoas e instituições que ganham ou arrecadam dinheiro invocando-o como no seu uso ideológico.

Quando judeus de Nova York inventaram Hollywood em 1910, não foi por causa da luminosidade, nem do clima. Foi para fugir das garras de Thomas Edison, que se pretendia detentor exclusivo da patente do cinematógrafo. Também fugiam do sufocante estamento *waspy* da Costa Leste, para o qual eles, italianos, irlandeses e demais imigrantes não passavam de necessárias bestas de carga. Prosperaram no "Bosque Santo", próximo de Los Angeles, e logo passaram a fazer de tudo para dissipar a sua identidade judia. Durante a II Guerra, mesmo quando os fatos já eram conhecidos, não foi feito um só filme sobre as atrocidades nazistas contra judeus e outros. Em 1945, instado por Eisenhower, Truman convidou os proprietários dos principais estúdios a visitar os campos de extermínio, procu-

rando estimular filmes que divulgassem os fatos. Mas a reação foi negativa<sup>1</sup>.

O episódio é emblemático da complexidade da dinâmica interna do judaísmo americano enquanto minoria, que sempre revelou uma ampla multiplicidade de feições. Essa dinâmica somente começaria a conferir-lhe caráter mais unívoco durante a II Guerra e em 1947, com a proclamação do Estado de Israel, recebida com unanimidade entusiástica. Mas alguns anos depois sobreviriam daí intensos debates sobre os problemas da "dupla lealdade" que qualquer apoio ao novo país poderia implicar. O impasse durou até a metade dos anos 1950, quando finalmente foi superado por uma nova ideologia que norteou uma brusca mudança de rumo. Até então a ideologia predominante nos Estados Unidos era a do *melting pot*, do grande caldeamento étnico do qual resultaria uma nova estirpe. Essa ideologia foi substituída, com base no relativismo cultural dos antropólogos da época, por aquela do "pluralismo cultural". Ou seja, cada grupo nacional ou étnico poderia e deveria cultivar suas raízes e preservar sua identidade enquanto conviveria fraternalmente com os demais sob a égide da Estátua da Liberdade e dos hinos à sua glória. Italianos deixaram de ser mafiosos; irlandeses puderam até atingir a Presidência do país, mesmo dizendo-se católicos; e os judeus puderam passar a apoiar abertamente Israel, sem o receio de serem acusados de "dupla lealdade". Por coincidência ou não, outra "indústria" acabara de ser sepultada: aquela do macarthismo.

Norman Finkelstein data o surgimento da "indústria do Holocausto" de 1967, após a Guerra dos Seis Dias, o que é amplamente discutível — como se uma grande empresa pudesse surgir, gigantesca, de um momento para o outro: será que ele nunca ouviu falar em fabriqueta de fundo de quintal? Em defesa dessa data ele afirma que até então a Organização Sionista Americana só tinha 25 mil filiados numa população de mais de 4 milhões. Não posso contestar esse dado, mas posso afirmar que ele é totalmente irrelevante. Num país onde sempre imperou a tolerância religiosa (desde que se pertencesse a alguma religião), os judeus americanos sempre foram muito coesos e bem organizados pelo menos desde meados do século

XIX. A primeira instituição judia americana de âmbito extralocal, a B'nai B'rith, foi fundada há mais de século e meio, em 1843. Eles sempre construíram sinagogas conspícuas, escolas, clubes, centros comunitários e bibliotecas, e até a universidade Brandeis. E como qualquer outro grupo, ainda que mais discretamente do que os demais, logo trataram de montar seu *lobby*.

Ao contrário dos donos de estúdios cinematográficos e de muitos outros que optaram pela assimilação total e perda da identidade étnica original, a maioria dos judeus americanos cultivou suas raízes judias e sempre deu todo o apoio aos que haviam permanecido na Europa e ao sionismo. Até sindicatos e partidos políticos judeus de diferentes matizes de esquerda surgiram nos Estados Unidos desde o início do século XX. Chegou a haver um partido, o Bund, anti-sionista por sua fidelidade ao marxismo. Houve greves memoráveis, como aquela das operárias da indústria têxtil, ou a dos trabalhadores na indústria de peles, cuja solução foi mediada por rabinos. Sempre houve uma imprensa judia, em iídiche e em inglês.

Nos anos anteriores e posteriores à II Guerra formaram-se inúmeras associações de auxílio às vítimas que se empenharam, entre outras coisas, para que o maior número possível de correligionários fosse aceito no Novo Mundo (muito embora o sistema de quotas que limitava a imigração, instituído em 1924, ainda dificultasse a entrada de judeus, pois em 1945 ainda estava em vigor). Entre as associações assistenciais devotas aos judeus que haviam permanecido na Europa e ao sionismo destacava-se a Joint, fundada ainda em 1914, quer para amparar os judeus europeus vítimas da guerra, quer para apoiar os colonos sionistas na Palestina turca de então. Trinta e poucos anos depois, a maioria dessas associações (até mesmo a Joint, que até onde sei ainda existe) também apoiou entusiasticamente a criação do Estado de Israel, enviando armas, dinheiro e até voluntários. Para tanto não foi necessária, mesmo que existisse, nenhuma organização sionista institucionalizada. Posso estimar com segurança que no período 1945-55 o judaísmo americano contribuiu com mais de um bilhão de dólares, da época, para as vítimas do nazismo e para a causa sionista. Essas doações, descontáveis do imposto de renda, não requeriam a carteirinha de qualquer organização.

A "indústria do Holocausto" foi surgido aos poucos, a partir dos acordos entre o chanceler Konrad Adenauer e o primeiro-ministro David Ben

(1) Este e outros interessantes eventos são descritos em detalhe no documentário *Hollywoodism: jews, movies, and the American dream*, dirigido por Simcha Jacobovici (Canadá, 1998) e baseado no livro *How the Jews invented Hollywood*, de Neil Gabler (Nova York: Anchor, 1989).

Gurion sobre o pagamento de reparações pela Alemanha às vítimas do nazismo e a Israel. Imediatamente surgiram em todo o mundo plêiades de advogados especializados em pleitear reparações e engordá-las. Não que fossem aproveitadores, e se alguns o foram isso pouco importa: o fato relevante é que com esses advogados, cuja função frequentemente exigia contatos internacionais, surgiu uma rede tênue de interesses constituídos. Por mais legítimo que fosse o objetivo original dessa teia de relações, logo surgiram condições para que aumentasse sua espessura e nela passasse a se bordar toda sorte de desenhos. Em Israel, obviamente, também surgiram vários escritórios e instituições com a finalidade de localizar vítimas, informar sobre procedimentos e coordenar a obtenção de provas para casos mais complexos que envolvessem espólios consideráveis de empresas ou grandes propriedades. Tudo isso, embora necessário e legítimo, também contribuiu bastante para aumentar o número de "funcionários" do Holocausto. A teia de pessoas envolvidas ampliou-se no mundo todo e fortaleceu-se ainda mais quando novas leis e procedimentos foram surgindo e se renovando até 1965. Ainda hoje vivem em toda parte pessoas que recebem aposentadorias do governo alemão (aliás, mais do que merecidas). Paradoxalmente, também há aquelas que jamais conseguiram as indenizações a que teriam direito pela legislação de qualquer país — independentemente de terem sido vítimas do nazismo — em virtude da insistente recusa dos governos do bloco soviético em assumir suas responsabilidades. O assunto realmente é complexo (e convém ressaltar que — embora eu esteja convencido de que a rede de interesses que foi se ampliando a partir dos acordos das reparações às vítimas do nazismo constituiu a base que legitimou, até com propósitos honráveis, as distorções e os mitos que se construíram *a posteriori* — não estou afirmando que ela foi responsável por eles).

Em Israel, embora a idéia das reparações tivesse sido lançada ainda em 1945, antes mesmo da proclamação do Estado, o acordo final não foi recebido tranquilamente; ao contrário, houve oposição vinda de todos os quadrantes, sob os mais diferentes argumentos. Mas o fato é que durante a década de 1950 Israel estava longe de estar alinhado com o Ocidente e muito menos com os Estados Unidos. O grosso da população politicamente informada identificava-se muito mais com a Terceira Força preconizada por

Tito e Nehru, e os pró-soviéticos no Parlamento detinham uma proporção considerável de cadeiras (incluindo o partido sionista Mapam). Nesse contexto, muitos alegavam que as reparações acabariam significando uma "venda ao Ocidente". Por essas e muitíssimas outras razões, as relações com os Estados Unidos permaneceram tépidas até 1967. Em 1956, quando França e Inglaterra fizeram de Israel seu testa-de-ferro para tentar recuperar o Canal de Suez, os Estados Unidos abortaram a operação e impuseram um embargo de armas à região. Até a Guerra dos Seis Dias, em 1967, o grande fornecedor de armas para Israel era a Europa, principalmente a França, e não os Estados Unidos, mas logo após a guerra o general De Gaulle — procurando uma reaproximação com o mundo árabe, uma vez terminada a Guerra da Argélia — também impôs um embargo de armas a Israel. Enquanto isso, a penetração soviética no mundo árabe crescia ainda mais. Ela já vinha aumentando desde a recusa dos Estados Unidos em financiar a barragem de Assuan, no rio Nilo, e a imediata aceitação do pedido pela União Soviética. A partir de 1957 os soviéticos começaram a armar pesadamente o Egito e a Síria, não só com blindados, aviões, artilharia pesada e mísseis, mas também com conselheiros. Ainda assim a política americana para com Israel permaneceria muito fria, pelo menos até a guerra de 1967. O governo americano queria evitar qualquer ação que pudesse prejudicar suas relações com o mundo árabe, principalmente com os países produtores de petróleo.

A Guerra dos Seis Dias, que para Israel não passou de um bem-sucedido exercício militar, e a do Yom Kippur (1973), que significou antes uma derrota psicológica humilhante e não a vitória fácil que depois se lhe pretendeu atribuir, alteraram completamente a situação. Na primeira, Israel demonstrou que, mesmo sem as armas americanas, era perfeitamente capaz de lidar com o que havia de melhor no arsenal soviético e com os aviões franceses. Na segunda, ficou evidente que Israel, isolado por uns e por outros, poderia acabar sendo esmagado (e só conseguiu se sair bem no confronto graças a uma complexa ponte aérea para o transporte de armas que os Estados Unidos montaram em cima da hora). Se a primeira guerra mostrou aos americanos que Israel era um bom investimento militar, a segunda os convenceu de que era necessário fazer dele um aliado preferencial. A presença soviética no Egito, Síria e outros países já era tão intensa que os Estados

Unidos sentiram que poderiam contar com a "compreensão" da Arábia Saudita e dos Emirados, tão incomodados com aquela presença quanto eles.

Paralelamente a esses processos bélicos e diplomáticos, outro processo estava em curso: o do judaísmo na diáspora. Em 1950 o escritor Arthur Koestler lançou o repto aos judeus da diáspora de que ou migrariam para Israel ou acabariam se assimilando aos países e culturas em que viviam, perdendo conseqüentemente a sua identidade judia. Koestler gerou polêmicas em qualquer parte onde houvesse judeus e só faltou ser tachado de anti-semita, enquanto muitos judeus da diáspora iam progressivamente se assimilando. Não que assim fizessem por opção deliberada, já que eram levados à assimilação pelo próprio meio social em que se encontravam inseridos. Tornavam-se crescentemente agnósticos e iam deixando de falar o iídiche, o ladino e outros dialetos próprios, pois as condições e as culturas que os haviam gerado desapareceram com a II Guerra. À geração nascida na Europa ainda era ativa nas comunidades da diáspora, mas a essa altura o debate sobre "o futuro do povo judeu" já se tornava enfadonho.

Assim, sobraram apenas a memória e o Holocausto como essências de identidade do povo judeu. Nessas condições, nada como a caracterização do Holocausto enquanto singularidade histórica única e exclusiva dos judeus e sua transformação em ideologia e padrão distintivo para ajudar a preservar uma memória e uma identidade que progressivamente se dissipavam.

Finkelstein estaria certo se afirmasse que a indústria do Holocausto começou a crescer após a Guerra dos Seis Dias, num terreno eficientemente adubado e irrigado, onde já vinha brotando há anos. Mas, como ele afirma, "houve poucas referências explícitas ao Holocausto na mobilização judaico-americana em benefício de Israel antes da guerra", acrescentando: "a indústria do Holocausto só se difundiu *depois* da vitória militar esmagadora e do fluorescente e exagerado triunfalismo israelense".

À primeira leitura o livro de Finkelstein pode parecer simplista e sensacionalista (sensacionalismo aliás muito estimulado pela capa de mau gosto da edição brasileira), mas isso, creio, se deve principalmente ao fato de ele estar polemizando diretamente com o livro de Peter Novick, *O Holocausto na vida*

*americana*<sup>2</sup>, que, embora com um fôlego muito maior e reconhecendo a existência de um mito e uma ideologia do Holocausto, não se ressentiu dos usos e abusos feitos a partir dessas mistificações. Com efeito, numa carta à *New York Review of Books* (15/06/2000) em resposta a uma resenha do seu livro por Eva Hoffman ali publicada (09/03/2000), Novick escreve que ela "equivocadamente afirma que eu condidivo seus pontos de vista e que assim, eu como ela, consideraria isso tudo uma utilização desrespeitosa da memória coletiva do Holocausto e que eu, assim como ela, lamentaria o uso da memória do Holocausto para finalidades relativas ao presente, particularmente para aquelas que podem ser consideradas políticas. Nada poderia estar mais longe da verdade". Nessas surpreendentes circunstâncias, não haveria razões para que Finkelstein retomasse fatos já apresentados e esclarecidos por Novick, mesmo se com outros objetivos.

Entre as denúncias de ambos os autores há várias muito curiosas e até engraçadas (embora na realidade tristes) e outras importantes. É curioso que Elie Wiesel, um dos mais contumazes exploradores do Holocausto, cobre 25 mil dólares mais transporte em limusine para fazer uma palestra, como também é curioso o fato de que *Jesus Cristo Superstar* e uma crítica sarcástica a Henry Kissinger foram incluídos entre as "evidências" num relatório da B'nai B'rith sobre anti-semitismo nos Estados Unidos em 1974. É claro que enxergar anti-semitismo em todas as partes (como aliás virou moda também no Brasil de uma década para cá, com acusações tolas a Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha) também é uma componente necessária do mito do Holocausto.

Mais importantes e dolorosas são as denúncias sobre os esforços e pressões para transformar o assassinato em massa dos judeus durante a II Guerra em um fenômeno histórico único, singular e incomparável. Note bem o leitor que no período anterior evitei a palavra pela qual aqueles fatos passaram a ser denominados, porque a essa altura estamos todos, judeus e não-judeus, convencidos de que de fato o Holocausto foi realmente único, singular, incomparável... e pertence apenas aos judeus. Perante ele nada significaram o assassinato e a escravidão de milhões de africanos e de índios durante o período colonial, nem os dois milhões de armênios assassinados pelos turcos em 1917-18, nem os 40 a 50 milhões de cidadãos russos enviados para o Gulag, nem os 10 milhões de russos mortos na II Guerra, nem os

(2) Novick, Peter. *Holocaust in American life*. Houghton Mifflin Co., 2000.

ciganos nem mais ninguém. O holocausto judeu foi único e singular. Foi tão singular que, em 1995, mencionar o genocídio armênio já se tornara um tabu. Naquele ano, Wiesel, mais um rabino americano e os representantes de duas instituições judias americanas se retiraram de uma conferência internacional sobre o genocídio em Tel Aviv porque os patrocinadores acadêmicos do evento, ignorando as pressões do governo israelense (a Turquia é aliada de Israel), haviam incluído o caso armênio no programa. O mesmo Wiesel criticou duramente Shimon Peres por ter equiparado o holocausto de Hiroshima ao holocausto judeu. A obra de Finkelstein está repleta de exemplos contundentes das muitas fraudes intelectuais e financeiras cometidas, mas inevitáveis num processo como esse.

Infelizmente, o livro foi em geral muito mal resenhado na imprensa brasileira, na maioria dos casos por pessoas visivelmente já rendidas ao mito do Holocausto e à sua ideologia, apresentando uma visão bastante distorcida da obra. O mais significativo é que muitos comentaristas lhe atribuíram um caráter "negacionista" que ela nem remotamente possui, pois em nenhum momento Finkelstein questiona o genocídio cometido pelos nazistas contra judeus e outros povos (note-se que ele grafa "holocausto" quando se refere aos terríveis eventos e "Holocausto", com maiúscula, para as distorções que deles vêm sendo feitas). Com efeito, confundir qualquer crítica que se faça a algum comportamento judeu, sionista ou israelense com "negacionismo" vem se tornando a arma mais comum daqueles que carecem de argumentos ou querem iludir o leitor pouco atento.

Por outro lado, é pena que o autor não tenha levado sua argumentação até a sua última e óbvia consequência: a de que, enfim, Arthur Koestler estava certo. Os judeus dispersos pelo mundo constituem hoje uma espécie em extinção, como tantas outras ameaçadas pelo desaparecimento das condições ecológicas ou socioculturais necessárias à sua sobrevivência. Ao percorrer a crescente bibliografia sobre o mito do Holocausto, fica claro que sua utilização destina-se principalmente a um esforço para tentar conter, por meio de uma memória repetidamente distorcida, as tendências à assimilação a que estão sujeitos os judeus que vivem na diáspora.

Eu mesmo hesitei em escrever o período anterior, com receio de desencadear turbulências desnecessárias. Tolice. Refletindo bastante, convenci-me de que com toda certeza há no Brasil, como no resto

do mundo, judeus suficientemente educados e informados para que, por mais amor que tenham a sua história e suas tradições e ainda se dediquem a cultivá-las, entendam e aceitem a modernidade e as condições e tendências socioculturais do mundo contemporâneo. Estes compreenderão que o desaparecimento de mais um grupo etnocultural na história da humanidade, se e quando vier a ocorrer, não precisa necessariamente significar uma perda irreparável, tanto mais quando essa mesma humanidade está marchando em passos lentos mas seguros para a sua total integração. Eu mesmo sou de origem judia, bastante familiarizado com a história interessantíssima desse povo tanto no passado quanto na era contemporânea, sua literatura, música e folclore. Certamente faço mais do que rir com piadas judias e ainda cultivo muitas tradições, mesmo que de forma laica. Por tudo isso, certamente não estou nada feliz com as perspectivas da perda da identidade do povo a que pertenço. Mas posso por isso negar as tendências do presente? Tendências, aliás, que podem mudar e vir a ser outras.

Terá o desaparecimento dos gregos e romanos implicado a perda dos seus classicismos ou até do que havia de pior nas respectivas culturas? Não. Para o bem e para o mal, ainda que muita coisa tenha sido perdida, muito foi preservado. Terá o desaparecimento da cultura do Renascimento na Itália, e, de novo, mesmo do que de pior havia nela, representado outra perda total? Claro que não, pois até as línguas faladas por todos eles ainda estão preservadas, para não falar em boa parte da arte e da literatura. E as culturas pré-colombianas, massacradas pelos europeus num ato que nada deixa a dever aos nazistas? Delas perdeu-se muitíssimo.

É claro que ao longo da história se perderam muitas culturas e muito saber, mas isso, como diria o controvertido historiador judeu Flavius Josephus, "são coisas da vida". Ou, para lembrar um judeu mais controvertido ainda, não será verdade que "tudo o que é sólido se desmancha no ar"? O judaísmo, assim como o cristianismo, há milênios criaram e transmitiram valores e ideais muito importantes para a humanidade, mesmo que muitos deles tenham ficado bem mais no ideal do que no substancial. Mas é preciso reconhecer que hoje a capacidade de ambos está esgotada. Em Israel por certo continuará a ser preservada parcela considerável do cabedal histórico e serão sempre criados novos valores intelectuais, influenciados ou não pelo passado. Já a diáspora está minguando.

Então, não seria talvez mais sábio submeter-se altivamente aos processos socioculturais em curso no mundo contemporâneo do que forjar *lobbies*, mitos e ritos para recriar e cultivar uma falsa memória que não passa de uma caricatura grosseira e adulterada daquela que se pretende preservar? Será um enriquecimento intelectual preservar uma identidade judia baseada apenas na memória dos horrores, na sede de vingança e no temor — que as condições do presente fazem parecer insensato — de novos surtos anti-semitas em grande escala?

Todas essas considerações não significam em absoluto que eu esteja me posicionando *a favor* da assimilação do judaísmo da diáspora, e muito menos preconizando esse tipo de atitude. Significam apenas que considero a assimilação um processo em andamento e que de nada adiantam as tentativas artificiais para pretender frear esse mesmo processo. Por outro

lado, como a história tem demonstrado ao longo dos séculos, não existem processos sociais permanentes. Há evolução social, mas não o evolucionismo unilinear nem aquele inteiramente aleatório nos quais tantos ainda acreditam. Por isso, nada impede que os processos que aponte aqui possam modificar-se para assumir rumos inteiramente diferentes aos do presente.

Depois disso, só nos resta concluir com uma menção ao escritor israelense Boas Evron, citado por Finkelstein: "O despertar do Holocausto é atualmente uma doutrina oficial de propaganda, um martelar de *slogans* e uma falsa visão de mundo cujo objetivo real não é compreender o passado, mas manipular o presente".

Gabriel Bolaffi é professor da FAU-USP. Publicou nesta revista "Israel: uma população ensandecida" (nº 47).